

Resistir para Existir: a escola como espaço de produção de violência junto a estudantes trans e travestis

Tamara de Oliveira Alves¹
Rony Pereira Leal²

Resumo: O debate em torno das questões de identidade de gênero na educação brasileira ainda se constitui em um tabu para a escola. Apesar da existência de leis e resoluções consolidadas e em pleno vigor há alguns anos, assim como de inúmeras orientações pedagógicas visando ao acolhimento de estudantes transexuais e travestis, tais dispositivos não tem sido implementados ou sequer reconhecidos na maioria das escolas brasileiras. Em seu lugar, o que comumente se constata é a instauração, mal disfarçada sob o véu da preocupação e curiosidade, de violências decorrentes de atos de transfobia, tipificada como a ausência de afeto e respeito pela pessoa que aparenta e exige tratamento de gênero diferente do que seria desejável (bio)socialmente (GELEDÉS, 2022). O presente texto, ao partir do relato de uma das autoras quanto às dificuldades enfrentadas no processo de inclusão de seu filho, um adolescente trans, em uma instituição de formação de professores da rede estadual do Rio de Janeiro, dedicou-se à investigação de quais estratégias deveriam ser implementadas nos *loci* escolares, de modo que estes estabelecimentos viessem a se apropriar e a colocar em prática as leis que regulamentam e acolhem o/a estudante trans/ travesti. Deste modo, busca-se assegurar a estes sujeitos, cidadãos brasileiros, o direito constitucional a uma educação de qualidade e promotora de equidade e justiça social.

Palavras-chave: Educação; transgêneros; travestis; preconceito; gênero.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2022). Pós graduanda em Psicopedagogia Institucional e Clínica (Faveni.2023). Atualmente, é membro do grupo de pesquisa EJA-Consupra (Educação de Jovens e Adultos: contextos, sujeitos e práticas), vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). E-mail: oa.tamara@gmail.com.

² Licenciado e Bacharel em Português-Literaturas pela Faculdade de Letras e Faculdade de Educação da UFRJ (1998). Licenciado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2021). Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pelo Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ (2014). Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ (2019). Professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Vice-líder do grupo de pesquisa EJA-Consupra (Educação de Jovens e Adultos: contextos, sujeitos e práticas), vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). E-mail: rony.leal@ifrj.edu.br.

A instituição escolar é uma (re)conhecida reprodutora dos moldes normalizadores, na medida em que adota um conjunto de regras de comportamento e vestuário que procura tipificar os/as estudantes por gênero. Desta forma, ratifica junto à sociedade que se deve manter as dualidades quanto aos binômios feminino ou masculino e heterossexual ou homossexual intocadas e em conformidade com padrões heteronormativos vigentes (MISKOLCI, 2012, p. 12). Neste influxo, realiza um grande investimento no controle dos corpos por meio de um conjunto de imposições culturais que, materializadas por meio de critérios estéticos, higiênicos e morais, operam na tentativa de manter os grupos sociais coesos e mais suscetíveis ao controle do Estado (LOURO, 2020, p. 8).

Não obstante, quando uma estudante de sexo biológico reconhecido como feminino afirma-se como um homem transexual, ou uma aluna, cujo sexo biológico foi atribuído como masculino, afirma-se como uma mulher transexual ou travesti dentro da escola e, por conseguinte, está a reivindicar direitos que lhe são garantidos por normas e leis vigentes no Brasil. Deste modo, tais sujeitos, ao solicitarem providências relativamente simples, como a mudança de tratamento por meio do nome social que escolheu ou, ainda, o uso dos pronomes adequados ao gênero com o qual se identifica, buscam ocupar os espaços escolares que lhes pertencem em padrões básicos de respeitabilidade. Ao mesmo tempo, ao performarem o gênero com o qual se sentem mais confortáveis, desafiam a imposição dos modelos reguladores da ordem praticados pelo sistema educacional.

Não obstante, professores, gestores e demais membros do corpo escolar, ratificando a máxima freiriana de que não existe educação neutra (FREIRE, 1999), valem-se de seus próprios preconceitos, baseados em tradições conservadoras e na moral religiosa, para coibir dissidências de gênero e sexualidade no dia-a-dia da escola. Ao mesmo tempo, impõem - ora de forma sutil, e, em outros momentos, nem tanto - o tipo de uniforme, a forma de falar e o conjunto de comportamentos ditos adequados ao

gênero biológico do educando, visando ao enquadramento de costumes, valores e hábitos destes sujeitos.

Ainda segundo esta lógica, quando a normalização imposta é refutada pelo educando, a escola, sentindo-se desafiada, passa a reproduzir outro comportamento social, hodiernamente destinado aos que performam gênero diferente do biologicamente desejável: a abjeção. Uma vez que não são identificados, segundo a lógica vigente, os marcadores binários de gênero que garantiriam à pessoa trans/ travesti o reconhecimento de seus direitos enquanto pessoa humana e cidadã, sua existência passa a ser sistematicamente negligenciada. Em simultâneo à abjeção, ocorre também a patologização do ato de transitar entre gêneros, que, segundo Miskolci (2002, p. 44), fere a ordem heteronormativa e o modelo ideal familiar reprodutivo, ao associar as questões ligadas ao gênero e à sexualidade a doenças mentais e físicas que ameaçam o bem coletivo.

De acordo com Bento (2006), a dualidade de gênero estabelecida na sociedade tende a gerar hierarquia e exclusão, podendo ser observada na escola na medida em que um/a estudante que performa cisgeneralidade (gênero e sexo biológico em acordo com os moldes sociais) é naturalmente considerado mais respeitável do que o/a estudante trans/ travesti. Por conseguinte, tais sujeitos são mais propensos a serem vítimas de *bullying* e violência física, atos que a escola quase sempre assiste passivamente e interpreta como desavenças entre estudantes, deixando, assim, de apoiar as vítimas de transfobia.

Em uma pesquisa realizada pela Agência Brasil (TOKARNIA, 2016), estudantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) relataram que são alvos constantes de agressões em suas escolas, o que interfere negativamente em seu rendimento escolar, comprometendo seu interesse em comparecer às aulas e dar continuidade aos estudos. Alguns, mais afetados em sua subjetividade, declararam, inclusive, que já cogitaram tirar a própria vida em decorrência das agressões.

Ainda segundo o estudo, 73% dos/as estudantes LGBTs entrevistados foram agredidos verbalmente, e 36%, sofreram ataques a sua integridade física. E ainda que seja sabido que tais agressões ocorrem também em espaços externos à escola, é justamente a sua materialização neste espaço, bem como no seio da família, que acarreta em maior peso psicológico para esses/as estudantes, uma vez que atesta o desvirtuamento destas instituições quanto ao papel de protegê-los. Assim, ao sentirem que não podem contar com esse cuidado, tendem a abandonar-se em desgostos existenciais (BENTO, 2006).

Estudantes transgêneros e travestis, *a priori*, não conseguem se desvencilhar dos preconceitos que sofrem no seio da família ou nos locais públicos que frequentam, mas procuram, por vezes, fugir das violências que sofrem no ambiente escolar, abandonando-a. Deste modo, tais sujeitos evadem, de forma involuntária, em resposta à expulsão compulsória que sofrem por parte do corpo escolar, ao não serem aceitos e respeitados por performarem o gênero com o qual se identificam (BENTO, 2006).

Constata-se, pois, que respeitar o nome social e a identidade de gênero do/a estudante trans e travesti é garantir a permanência dele na escola. Segundo João Paulo Carvalho Dias, presidente da Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 82% das pessoas trans e travesti abandonam a escola na educação básica em função das múltiplas violências sofridas (INSTITUTO UNIBANCO, 2016). Segundo Bento (2022), tais atos de homofobia e transfobia reinauguram a disputa pela redefinição do que é humano, já que, pela leitura social e biológica da sociedade que interliga gênero a sexualidade à sociedade, ao não se reconhecer os marcadores de feminino e masculino, determina-se, com base no sentimento de abjeção, que a pessoa não é um ser humano e, por isso, não é respeitável.

Em paralelo, as notícias de atos violentos contra pessoas transgênero em todo o território nacional ratificam e evidenciam a gravidade do relato em tela. No atendimento médico, na escola, no trabalho, na fila de um banheiro ou em um supermercado, pessoas

transgênero e travestis são continuamente agredidas com gestos e palavras. Tais agressões, contudo, jamais seriam direcionadas a uma pessoa cisgênero, uma vez que a legitimidade de sua existência é reconhecida, ao contrário dos indivíduos que se movimentam fora do binômio pênis/ homem, vagina/ mulher, entendidos como pessoas transtornadas, anormais, psicóticas, aberrações da natureza e até mesmo coisas esquisitas (BENTO, 2017, p. 5).

Segundo relatório da Associação Nacional de Pessoas Trans e Travestis. (BENEVIDES, 2022), o Brasil permanece sendo o país que mais mata pessoas transexuais e travestis no mundo. De acordo com o documento, que se constituiu nos últimos anos em referência para o mapeamento das violências de gênero no mundo, 175 pessoas transgênero e travestis foram assassinadas no Brasil no ano de 2021. Neste mesmo ano, registrou-se a morte da pessoa trans mais jovem assassinada no Brasil e do mundo - Keron Ravach, uma menina trans de treze anos (O GLOBO, 2022). Um pioneirismo doloroso, do qual, cremos, nenhum brasileiro jamais se orgulhará.

Tais dados denotam a abjeção direcionada às pessoas trans e travestis por parte da sociedade, que as oprime e exclui de inúmeras formas: na escola, que as renega, causando sua evasão (expulsão) escolar. Na família, que, ao rejeitá-las, vulnerabiliza as pessoas transgênero em todos os âmbitos de sua vida. No mundo do trabalho, no qual a falta de emprego formal para pessoas transgêneros relega esses indivíduos à condição de invisíveis no mundo, ou visíveis apenas para as violências que são autorizadas pela abjeção social, na forma de atos transfóbicos a que são submetidos em todas as camadas sociais pelas quais transitam.

Com base no cenário em tela, e a partir do relato de uma das autoras quanto às dificuldades enfrentadas no processo de inclusão de seu filho, um adolescente trans, em uma instituição de formação de professores da rede estadual do Rio de Janeiro, o presente trabalho dedicou-se à investigação de quais estratégias devem ser implementadas nos *loci* escolares, de modo que assegurar que estes estabelecimentos

venham a se apropriar e a colocar em prática as leis que regulamentam e acolhem o/a estudante trans/ travesti. Deste modo, visa-se a garantir a estes sujeitos, cidadãos brasileiros, o direito constitucional a uma educação de qualidade e promotora de equidade e justiça social.

Retrato de uma mãe enquanto luta³

O anseio por escrever esse relato nasceu a partir de atos transfóbicos praticados contra meu filho, no início do ano letivo de 2022, em uma escola de Ensino Médio Normal (Formação de Professores) no município de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro⁴.

Ao longo da escritura, busquei evidenciar as dificuldades, mas também as possibilidades e potencialidades na inclusão destes sujeitos no *locus* escolar de um estabelecimento público escolar localizado em uma região periférica do estado, buscando articular o relato de meus aprendizados com relação ao debate teórico das questões LGBTQIA+ às minhas vivências cotidianas como mãe de um rapaz trans. Para tanto, procurei balizar-me nos pressupostos metodológicos da autoetnografia, um paradigma de pesquisa qualitativa tripartite, cujas orientações de cunho *metodológico* - de base etnográfica e analítica; *cultural* - de base interpretativa dos fatos mnemônicos, relacionais, subjetivos e sociais; e *conteudista* -, de base autobiográfico-reflexiva, possibilitou-me a ressignificação de minhas experiências pessoais em termos culturais, políticos e sociais mais alargados.

³ A presente seção se constitui no relato de uma das autoras acerca dos atos transfóbicos de que seu filho fora vítima na instituição escolar em que estava matriculado. Por esta razão, optamos pela adoção do discurso em primeira pessoa, a fim de enfatizar sua implicação com os fatos narrados.

⁴ Fundada em 17 de novembro de 1931 e pertencente à rede estadual do Rio de Janeiro, a instituição é considerada referência na formação de professores de nível médio na região.

Francisco⁵ é um adolescente de dezesseis anos. Reconhece-se como um transexual masculino, ou seja, alguém que nasceu com o sexo biológico atribuído ao gênero feminino, mas que não se idêntica com este papel social, mas, sim, com o gênero masculino. Sendo assim, performa (se apresenta) este gênero, usando roupas e acessórios masculinos, assim como o corte de cabelo, sempre muito curto.

Na escola, Francisco escolheu usar o uniforme tradicional masculino, pois, segundo ele, sente que a roupa lhe empresta uma aparência mais masculina e o deixa mais próximo do que a sociedade deseja e reconhece como performance masculina⁶. No meio transgênero isso é chamado de *passabilidade trans*, ou seja, o quanto a pessoa trans consegue chegar próximo da aparência de gênero que a sociedade anseia e elege como aparência feminina ou masculina.

Como parte do seu processo de (auto)aceitação e redesignação de gênero, ele escolheu um nome masculino para si. Eu, no cumprimento de meu papel de mãe e amiga, busco apoiá-lo incondicionalmente, e subsidio, com base no que me é possível e acessível, meios legais e sociais para que ele tenha condições de conviver em sociedade com menor dor e decepção. Tais sentimentos são inerentes à vida de pessoas que, como ele, têm a coragem de tensionar as normativas de gênero impostas pela sociedade.

A fim de formalizar o processo, uma das primeiras atitudes que tomei foi providenciar para Francisco o seu RG com o seu nome social. Este é um procedimento relativamente simples do ponto de vista formal, e que visa a minimizar constrangimentos às pessoas transgênero e travestis, sobretudo quando chamadas pelo nome civil em locais públicos. Na maioria dos casos, o desconforto pela identificação de uma pessoa por um nome que não corresponde ao gênero com o qual se identifica é tamanho que é comum a referência ao nome civil como “nome morto”.

⁵ Nome fictício.

⁶ Fiel à tradição, a escola tem duas opções de uniformes: o modelo básico - calça jeans e blusa de malha com o símbolo do Estado, e que serve para ambos os gêneros - e o modelo tradicional, com saia de poliéster plissada azul, blusa branca e gravata de laço para as meninas. Para os meninos, adotou-se como uniforme uma calça de poliéster azul, blusa branca e gravata de modelo masculino.

Assim, ao terem seus direitos ao pronome e nome com os quais melhor se identificam negados, estes sujeitos sentem que não há lugar para eles no tempo e espaço social pelo qual transitam. Neste sentido, e partindo-se da premissa de que a escola é um lugar que deve prezar pelo respeito e valorização da diversidade de seus sujeitos, a legitimação do pronome e do nome social de uma pessoa trans/ travesti é o primeiro passo de integração que a escola pode dar para subsidiar a permanência do/da estudante dissidente de gênero na escola com a dignidade humana da qual necessita.

É importante ressaltar que Francisco cursou o ensino fundamental em uma outra escola, tendo sido transferido para esse colégio por desejar cursar Formação de Professores. Seu primeiro ano nesta nova instituição foi totalmente *online*, por causa da pandemia de Covid-19. Apenas em 2022, com o retorno das aulas presenciais, Francisco iniciou as primeiras interações sociais na escola de forma presencial.

Ciente das possíveis repercussões, tive o cuidado de tomar todas as providências necessárias e previstas em lei, a fim de garantir a meu filho dignidade em seu dia-a-dia na escola. Para tanto, no início do ano letivo de 2022, compareci à escola de Francisco e apresentei o RG com o seu nome social, juntamente com uma solicitação de uso do nome social assinada por mim, na condição de sua representante legal. Na ocasião, tive uma longa conversa com a coordenadora pedagógica, que se mostrou muito sensível às questões relacionadas ao gênero e à sexualidade dos educandos.

Graças a esta recepção, boa parte do medo de ver meu filho sofrendo transfobia na escola foi amenizada, pois a coordenadora prometeu providenciar, na medida que fosse possível, a substituição do nome morto pelo nome social nos documentos escolares. Entretanto, e infelizmente, não foi o que ocorreu, ainda que eu ter seguido à risca o disposto no Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, e na Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018, que tratam da questão.⁷

⁷ Estes instrumentos normativos estabelecem que os/as estudantes trans/ travesti maiores de dezoito anos, e os menores de idade, mediante solicitação de seus representantes legais, poderão solicitar o uso do nome social nos documentos escolares. Caberá, então, à escola trocar o nome nas chamadas, crachás e em

As aulas, enfim, começaram, e minha tranquilidade quanto ao nome social de Francisco foi desmoronando. Com o passar dos dias, Francisco começou a trazer para casa a problemática da hora da chamada. Incrivelmente, percebi através dos relatos feitos por dele que a promessa feita a mim pela coordenadora escolar não estava sendo cumprida. A escola não substituiu o nome morto pelo social na chamada, como seria o correto a ser feito. Apenas anotou ao lado do nome morto o nome social, causando confusão na hora da chamada, e tornando Francisco vulnerável ao julgamento moral dos professores e refém da boa-vontade destes quanto ao entendimento do que os dois nomes na chamada significavam. Francisco relatou que, todos os dias, a cada chamada, antes da aula começar, os professores perguntavam o porquê da duplicidade. Alguns tinham a empatia de chamá-lo à mesa para perguntar; outros não. Como resultado, ele era obrigado a explicar, todos os dias, porque deveria ser chamado pelo nome masculino, e não o feminino.

A escola, ao não alterar o nome na chamada, tornou um momento tão corriqueiro da aula em um momento de dor e aflição para Francisco. Feriram não apenas sua pessoa humana, mas também a cidadã. Eu, enquanto mãe solo e trabalhadora, sem poder ir à escola nos dias que se seguiram, aguardava aflita que, finalmente, Francisco chegasse em casa, dando a notícia de que o nome na chamada fora trocado. Ao contrário, o pior ainda não havia acontecido.

Após alguns dias tendo que explicar na hora da chamada a confusão de nomes que a escola fez no diário, Francisco se deparou com uma situação ainda mais constrangedora: uma professora, afirmando não entender o porquê dos dois nomes na chamada, se recusava a chamá-lo pelo nome social. Ao contrário dos outros professores que, concordando ou não, aceitavam a explicação de Francisco, essa professora em

todos os documentos que circulam no âmbito social, a fim de evitar que haja constrangimentos ao/à estudante trans/ travesti no seu cotidiano escolar. A Resolução deixa claro que não é necessário fazer a troca do RG da pessoa trans/ travesti para que ela possa utilizar o nome social na escola, bastando que a solicitação seja formalmente feita junto à instituição.

questão repetia seguidas vezes o nome morto, indicando que só pararia quando obtivesse uma explicação do porquê teria que chamá-lo pelo nome masculino.

Desde a sua transição, Francisco se recusa a falar o nome morto em voz alta. Ouvi-lo é algo que também o agride muito. Por isso, o seu número era assinalado com os dois nomes na chamada, o que, na ausência de uma solução definitiva, dava-lhe a oportunidade de indicar aos professores o nome pelo qual desejava ser tratado. Nesta ocasião em específico, ele disse repetidas vezes: - “Professora, o número onze é Francisco”. No entanto, a professora, possivelmente apegada aos traços e à voz feminina que percebe em Francisco, recusa-se, mesmo diante do uniforme masculino e da cabeça raspada, a dizer seu nome social.

Assim, diante de toda a turma que, calada, assiste ao espetáculo transfóbico, a professora segue repetindo o nome morto por um tempo que, Francisco, em seu depoimento, não foi capaz de mensurar. Sob a desculpa de não entender o motivo de ter que referir-se a ele pelo nome masculino – a despeito das explicações que recebeu de Francisco e de alguns colegas de turma que se envolveram finalmente para ajudar meu filho -, ela seguiu transformando Francisco em um abjeto, rejeitando a sua pessoa, o seu nome e as explicações que apresentava.

Em dado momento, ele consegue se posicionar, e diz, veementemente, que tem o direito de ser chamado pelo nome social. A professora, então, desiste da humilhação verbal que praticava sob a desculpa da chamada e passa a confrontar sua transgeneralidade. Francisco narrou para mim que, nesse momento, percebeu que a professora tentava fazê-lo desistir de assumir o gênero e o nome masculino, ao enumerar, sempre diante de toda a turma, os entraves que ele encontraria quanto à documentação oficial de futuro professor, e os constrangimentos que ocorreriam quando ele se apresentasse em outras escolas para o estágio. A partir deste momento, a professora adentra um caminho que, além de violentamente transfóbico, causou imensa angústia em Francisco, um adolescente de dezesseis anos que já possuía muitos medos e

angústias. Sendo um adolescente transgênero masculino, esses medos assumiram proporções muito maiores à medida em que ele ouvia as palavras da professora.

Após a sabatina quanto às dificuldades sociais, documentais e burocráticas, a professora segue para o campo pessoal. Indaga Francisco se ele faria a ‘cirurgia’. Ele acuado, relatou-me que sequer entendeu a pergunta, acreditando que ela se referia a mastectomia trans (retirada das mamas). No entanto, assustou-se quando a professora explicou, sem nenhum sinal de constrangimento, diretamente, diante de toda a turma, se ele faria a cirurgia que transforma a vagina em pênis (palavras da professora).

A postura resignada como Francisco me relatou esses atos transfóbicos a que foi submetido durante horas me fez chorar, porque ele o fez sem chorar, gritar ou se vitimizar. Ele me relatou os atos de forma desesperançada, como se já estivesse esperando tal agressão. Eu me perguntei, então, quantas outras agressões Francisco ainda esperava receber das pessoas, porque tem a consciência de que só existirá se tiver forças para resistir? Por isso a luta contra a transfobia precisa ser a luta de todos os educadores, para que nenhum outro Francisco precise suportar tanta humilhação em nome de existir.

O fato é que uma professora não perguntaria jamais, em uma sala do segundo ano do ensino médio repleta de adolescentes, qualquer coisa a respeito das vaginas e pênis de seus/suas estudantes cisgêneros. O que encorajou a professora a fazer perguntas sobre a sexualidade de Francisco e sua condição de homem trans que possui seios e órgão genital feminino foi a abjeção, sentimento que impulsiona os desrespeitos, as humilhações, os xingamentos e até assassinatos da população transgênero e travesti no Brasil, um país marcadamente transfóbico. A partir do momento que a percepção da professora entendeu a pessoa trans a sua frente como um erro ou desvio social, ela o destituiu de nome e humanidade e iniciou as práticas transfóbicas, nas quais o sentimento de abjeção pelo indivíduo o torna um ser menor e menos respeitável.

Após todas as violências e transfobias relatadas em sala, a professora em questão, não se dando por satisfeita, segue com Francisco para a secretaria da escola à procura da subdiretora escolar. Ao encontrá-la no corredor da escola, ali mesmo, com pessoas indo e vindo, as duas mulheres, educadoras, que deveriam protegê-lo e acolhê-lo dentro do ambiente escolar, uniram forças e passaram a confrontá-lo sobre o seu direito de usar seu nome social. A subdiretora, claramente tentando refutar o direito ao nome social que Francisco ousou apontar para a professora em sala de aula, chega a dizer a Francisco que não importa seu RG com nome social, pois o documento que ‘manda’ na escola é o registro de nascimento e o nome que está escrito nele.

A professora e a coordenadora, consumidas pelo erro da existência de Francisco, esqueceram-se de que ele era um estudante menor de idade. Esqueceram-se também de seus sentimentos enquanto pessoa humana, não se importando com a dor e a humilhação que causaram a ele durante horas. Demonstraram desinformação por não conhecerem a legislação (Resolução CNE/CP nº 1), que dá a Francisco o direito de usar seu nome social dentro do ambiente escolar. Feriram o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), em seu artigo terceiro, que aponta os meios para que o direito à educação garantido pela Constituição Federal seja acessado por todos:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (ECA, 1990).

Nos dias que se seguiram, compareci à escola para protestar contra as violências que cometeram contra o Francisco, e pelo não cumprimento da lei que protege os/as estudantes transgêneros e travestis quanto ao uso do nome social na escola. Ressaltei em minha fala o descumprimento da promessa que havia sido feita a mim por um membro de sua equipe técnico-pedagógica, na ocasião em que estive na escola apresentando os documentos necessários para o uso de seu nome social.

Com Francisco ao meu lado, fui colocada diante do diretor da escola, da coordenadora pedagógica e da professora transfóbica. A subdiretora, que havia afirmado a Francisco que seu RG com nome social não significava nada, não compareceu à reunião. O diretor, após ouvir a ocorrência do próprio Francisco, desculpou-se pela violência dos fatos narrados, admitindo o despreparo para o cumprimento da resolução do nome social, bem como pela colocação de forma errada do nome social na chamada. Comprometeu-se a resolver as questões quanto ao nome e a conversar com a subdiretora que, em nome da escola, cometeu sérios atos transfóbicos contra o Francisco. A professora que praticou durante horas os atos transfóbicos se desculpou, terceirizando a culpa para a falta de informação, mas sem demonstrar real empatia ou arrependimento.

Ao destacar em minha fala que a falta de informação não deveria servir de desculpa para nenhum professor, que tem a incumbência de formar outros professores e trabalha diariamente com adolescentes, oprimir os/as estudantes com os quais convive, procurei deixar claro o caráter pedagógico da minha presença na escola, explicando que por isso, não tomaria atitudes legais (por enquanto) com relação ao ocorrido. Minha intenção era apontar cada erro que cometeram contra meu filho e, assim, assegurar-me que, a partir daquela conversa, nem o gestor escolar ou qualquer outro servidor daquela escola, ou de qualquer outra escola que seja alcançada por esse relato de experiência, tenha a falta de informação como instrumento para justificar atos transfóbicos contra estudantes trans e travesti, e nem negligenciar seus direitos quanto ao uso do nome social.

Um mês após eu ter ido à escola, o nome do Francisco está finalmente na chamada da escola. Ele, inclusive, comemorou o fato: agora é o número quinze. Seus documentos de estágio já sairão com seu nome social. A professora que praticou os atos transfóbicos nunca mais o ofendeu.

No entanto, mais recentemente, a troca do nome nos documentos escolares voltou a ser tema de reivindicação. Foi implementado um sistema de chamada na hora

do recreio, em cuja lista ainda constava o nome morto de meu filho. Francisco, contudo, pediu-me permissão para buscar resolver ele mesmo a questão. No intuito de dar-lhe espaço para que aprenda a cuidar de si mesmo e a fazer uso de seu direito ao protesto para lutar por suas demandas, assenti.

Contudo, mais uma vez, a escola demonstrou dificuldade para cumprir uma lei que depende apenas de um 'DEL' de computador. Se a lista não pode ser alterada, um corretor resolveria. O que não pode acontecer é que Francisco, que estuda em período integral, fique sem comer nos dias que está sem forças para explicar a situação de seu nome social diante de toda a escola. É uma questão de gestão: a escola precisa, primordialmente, proporcionar vivências humanizadas ao/a estudante que transita entre gêneros, a fim de se fazer inclusiva e capaz de orientar os professores, coibindo, assim, atos transfóbicos.

Enquanto responsável legal de um estudante trans, percebi que a luta por tratamento humanizado e pelo cumprimento das leis que garantem a eles o uso do nome social e acesso à educação humanizada e de qualidade é um trabalho de mobilização permanente, e que se torna extremamente cansativo no dia-a-dia. Por isso, tantos/as estudantes trans e travestis desistem da escola, vencidos pela inflexibilidade de sua cultura.

Francisco nunca se sentiu bem em sua turma, o que só piorou após os atos transfóbicos que sofreu por parte da professora. Alguns dias depois do ocorrido, passou a ser ignorado pelos colegas de classe. Desde então, Francisco passou a ter recorrentes crises de ansiedade na escola, com muitas dores de cabeça e vômitos. Segundo ele, chegou a passar horas no banheiro passando mal, sem que nenhum dos/das estudantes ou professores/as desse pela falta dele ou fosse verificar o que estava acontecendo.

Tais atitudes evidenciam um claro processo coletivo de abjeção, que é a mola propulsora da transfobia: os/as estudantes, ao não perceberem em Francisco um igual, expurgaram-no e ignoraram-no, não permitindo que ele se sinta e faça parte do grupo.

Ao longo deste período, a escola me ligou algumas vezes, perguntando se poderiam liberá-lo mais cedo das aulas. Durante algumas semanas, ele sequer me contou o motivo de se sentir tão mal em aula. O motivo, ele me disse depois, era não trazer mais problemas da escola para casa. Ao agir assim, Francisco claramente atribuía a si, talvez inconscientemente, a culpa pelo desprezo que sofria dos demais.

A psicóloga que o assistia em ambiente extraescolar, ciente dos acontecimentos e de seus desdobramentos, solicitou a troca de turma por meio de um relatório, no qual expôs os prejuízos psicológicos que Francisco vinha sofrendo na turma atual. De posse do documento, fui até a escola e oficializei o pedido.

A Coordenadora realizou a troca sem resistência, pois já vinha acompanhando as crises de ansiedade que meu filho vinha tendo na escola. Conversamos sobre o desprezo da turma pelo Francisco e sobre as centenas de estudantes transgêneros e travestis que desistiam da escola por passarem por situações idênticas a que meu filho estava passando, e que na maioria dos casos sequer possuíam o apoio da família, restando a eles desistir da escola. Desses que desistem da escola, a grande maioria jamais retorna, por medo de passar pelas mesmas situações de violência transfóbica.

Em dado momento da conversa, eu percebi na coordenadora pedagógica o mesmo cansaço que sinto em mim, e que também percebo no Francisco. Creio que, talvez, seja o mesmo cansaço de todas as pessoas transexuais e travestis, e também daqueles que estão na luta contra a transfobia. Um cansaço que vem da percepção do quanto a luta é dura, e de que, a despeito de haver leis e mobilizações em âmbito nacional para que a transfobia seja superada, o trabalho maior acontece nas pequenas ações do dia-a-dia, seja na escola ou na sociedade. De forma geral, entende-se que levará mais tempo do que todos gostaríamos para se eliminar os atos que eternamente se repetem e se alternam em curiosidades mórbidas e ataques diretos e indiretos à população trans e travesti.

Ainda sobre a solicitação, a troca de turma foi realizada e, dois dias depois, Francisco teve seu primeiro dia de aula na turma ‘nova’. Os velhos problemas transfóbicos já no primeiro dia se repetiram. O primeiro professor desse primeiro dia identificou o estudante novo, e perguntou na frente de todos se Francisco era uma menina ou um menino. A turma de Francisco fez um silêncio mortal diante da pergunta transfóbica do professor. Francisco informou que é um menino, e o professor comentou que a voz feminina e delicada o deixou em dúvida, como que se justificando, mas na realidade aumentando a gravidade do que acabara de fazer.

Em conversa com Francisco sobre o fato, uma das primeiras coisas que ele ressaltou foi que, em sociedade e, principalmente, em público, o correto é não perguntar sobre as questões pessoais de alguém. Logo, a pergunta feita pelo professor, a despeito da transfobia, feriu as normas da boa convivência social e humana.

Obviamente, percebe-se no episódio, da parte dele do professor, um arroubo de curiosidade mórbida, uma vez que o timbre de voz não caracteriza gênero de uma pessoa. Ademais, o gênero de um/a estudante é uma informação que não altera em nada o trabalho de um/a professor/a, que, caso não consiga resistir à curiosidade mórbida, deve tratar do assunto em particular, ainda que ninguém tem a obrigação de explicar nada sobre seu gênero ou orientação sexual. No entanto, tal medida tende a assegurar que o constrangimento da pessoa transexual será apenas diante do indivíduo que a indaga.

Francisco, ao concluir o relato dessa recepção que teve na turma nova, pediu-me novamente para que eu não falasse nada, por temer que minha ida à escola despertasse nos colegas de turma uma atenção negativa que pudesse ser convertida em abjeção, como ocorreu na turma anterior. Uma semana depois, novo ocorrido. Uma professora chama Francisco no canto e pergunta qual era o nome de ‘antes’. Francisco relata que ficou extremamente constrangido, mas conseguiu dizer que não fala mais o nome morto. Não satisfeita, a professora queria saber da transição, sussurrando,

tentando dar a conversa um tom de confissão íntima. Francisco me disse que saiu andando e não respondeu nada

Ambos os professores da turma nova do Francisco tiveram surtos de curiosidade mórbida, sentimento que se sobrepõe à razão e faz com que o indivíduo aja de forma moral e humanamente incorreta. Submeter uma pessoa que já é constantemente atacada por ser transgênero e travesti a respostas constrangedoras para saciar uma curiosidade que poderia ser resolvida com uma pesquisa no Google é, no mínimo, um ato de desumanidade.

Nos cotidianos escolares, o que se espera dos professores em termos atitudinais é que se desprendam de quaisquer preconceitos morais e religiosos e do arcaísmo de costumes segregatórios, a fim de desempenhar seu ofício de educadores com o mínimo de empatia e respeito à diversidade dos sujeitos com os quais interagem. Fato é que, na escola atual, é bastante comum vermos nos corredores adolescentes de cabelos coloridos, brincos e acessórios não convencionais ao seu gênero, num claro aceno ao desprendimento da perspectiva dualista de gênero.

No que se refere às identidades sexuais, hoje, os adolescentes se sentem mais à vontade para assumir suas orientações, ainda que heterodivergentes. Isto tem ocorrido cada vez mais cedo, bem como a expressão pública de afeto por seus amores. A escola, embora desaconselhe tais ‘atos’, aceita-os oficialmente, pois a concepção vigente no corpo escolar sobre a homofobia a entende como errada e inadequada.

Obviamente, o mesmo não tem ocorrido junto aos/as estudantes transexuais e travestis, uma vez que as notícias de atos transfóbicos praticados por professores e gestores tem se avolumado em todo o país. As muitas denúncias relatam que escolas e professores têm reiteradamente rejeitado o uso do nome social dos/das estudantes e seus pronomes, censurando-os cotidianamente. Desta forma, a escola tem se constituído em um lugar de dissabores para as pessoas trans e travesti, que, na maioria dos casos, sem

apoio familiar, acabam sendo submetidas a situações que resultam em sua expulsão compulsória do espaço escolar.

Buscando garantir para Francisco experiências melhores do que as que ele tem tido na escola, e que certamente lhe trarão lembranças amargas no futuro, dei entrada no processo de retificação definitiva de gênero e nome em seu registro de nascimento. Um processo simples, felizmente, mas que poucas pessoas trans e travestis sequer sabem que têm direito, e que está disponível em toda unidade de justiça itinerante no Rio de Janeiro e em serviços equivalentes em todo o país.

No dia 03 de agosto de 2022, enfim, a sentença final foi dada de forma favorável. Esse dia é considerado por mim e Francisco como sua segunda data de nascimento. Hoje, com a certidão de nascimento já alterada e a solicitação de seu RG com o gênero corrigido já encaminhada, Francisco é oficialmente um cidadão do gênero masculino. Eu, como mãe, espero que, em sua vida adulta, já de posse de documentos que corroboram o gênero que ele declara, que meu filho deixe de ser alvo da curiosidade mórbida daqueles que cruzarem seu caminho, bem como de depender da boa vontade da sociedade para que ser chamado pelo nome que escolheu para representar quem ele realmente é. Assim, meu filho poderá performar seu corpo em paz e com mais segurança pelos ambientes que ele escolher transitar.

Sobre a experiência e seus atravessamentos

No processo de reflexão acerca das violências sofridas por Francisco ao reivindicar para si o direito de existir enquanto pessoa trans no espaço escolar, tornou-se evidente a extrema importância de se produzir materiais educativos sobre a temática, que possam ser utilizados como ponto de partida e apoio no processo educativo na comunidade escolar. Neste sentido, o livro produzido pela UNESCO, “Jogo aberto: respostas do setor de educação à violência com base na orientação sexual e na

identidade/expressão de gênero: relatório conciso” (2017), apresenta caminhos que podem vir a utilizados por educadores como estratégias pedagógicas no combate à discriminação e violência - principais obstáculos para que estudantes que se identificam com um gênero diferente do biológico possam se apropriar deste direito humano.

Na obra, recomenda-se à escola a oferta de “treinamento e apoio a professores e funcionários da educação e também das escolas para prevenir violência em ambientes educacionais, incluindo a violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero” (UNESCO, 2017). A entidade propõe, ainda, que as escolas promovam reuniões e oficinas entre os professores, abordando leis e orientações pedagógicas para acolhimento e assistência aos/às estudantes transexuais e travestis.

Ainda buscando soluções para que a escola desenvolva um olhar mais amplo sobre as questões de gênero, cabe enfatizar a necessidade de se pensar a sexualidade humana em sua dimensão social. De acordo com Foucault (1988), a sexualidade humana é um "dispositivo histórico", convencionado pelos seres humanos em algum momento histórico da concepção de mundo como conhecemos hoje. Portanto, utilizar-se de conceitos binários para classificar os seres humanos é deixar de considerar a complexidade de ser e existir de cada um deles, por meio de um processo de simplificação que tenta condenar indivíduos que não se identificam com o gênero ao qual seu sexo biológico está designado a um armário existencial (JUNQUEIRA, 2012).

Neste sentido, Miskolci (2012, p. 37) destaca que a escola foi, durante muito tempo, um local de padronização de gênero, operando como um braço do Estado no exercício do biopoder (PERES; TOLEDO, 2011, p. 4). Sob a justificativa de promover o bem-estar dos/das estudantes e da sociedade escolar, controla os papéis sociais, demarcando as separações de gênero entre coisas para meninos e para meninas. Do material didático às atividades escolares, incluindo os uniformes e orientações quanto à apresentação pessoal e comportamental, a segmentação de atividades e papéis sociais

vinculada à noção de gênero resultou na segregação dos dissidentes desta lógica dentro do ambiente escolar.

Em contrapartida, diversos movimentos ao redor do mundo, sobretudo no Brasil, passaram a militar em favor da pauta LGBTQIA+. Influenciados pela *Revolta de Stonewall*⁸ e por seus desdobramentos (FERNANDES, 2022), obtiveram um conjunto de conquistas que tornaram o convívio social com as pessoas de orientação homossexual, antes segregatório, socialmente tolerável. Contudo, a condição estabelecida para esta concessão era de que se mantivesse o cumprimento das expectativas com relação ao gênero e ao estilo de vida, de modo a preservar a família como um modelo inquestionável para todos. Ou seja, se o gay ou a lésbica era “discreto” e, logo, não contestava a ordem social vigente, sua presença, tornava-se palatável ao *status quo* (MISKOLCI, 2012, p. 42).

Segundo esta lógica, as pessoas que transitam entre os gêneros, ainda que sejam parte da luta e sua existência das reivindicações LGBTQIA+, não são plenamente aceitas, inclusive dentro dos ambientes sociais ditos LGBTQIA+, pois quebram o acordo de modelo familiar heteronormatizado. Como exemplo, podemos destacar os elogios direcionados aos “gays que nem parecem gays”, sujeitos modelares segundo os ditames sociais.

Assim, em diálogo com os autores, fica evidente que a orientação sexual do indivíduo, seja na escola ou em qualquer outro núcleo social, não se constitui no foco da questão, já que relações homossexuais, ainda que com muitas ressalvas, são admitidas em praticamente todas as esferas da sociedade. O problema surge quando o indivíduo tensiona a ordem social fixada no binômio feminino/ masculino, na medida em que transita entre as identidades de gênero.

⁸ Ocorridas entre 28 de junho de 1969 e 3 de julh. de 1969, a *Revolta de Stonewall* é considerada um marco de reação do movimento LGBTQIA+ (Gays, Lésbicas, Transexuais, Queers, Intersexos e Assexuais).

Urge que a instituição venha a discutir seu papel na vida dos/das estudantes trans e travestis, visando a aumentar a adesão do sistema de ensino à realidade do/da estudante dissidente de gênero, por meio de currículos e gestos que os incluam realmente no dia-a-dia da escola. Deste modo, são fornecidas ferramentas para a construção de cidadãos, e não de modelos sociais, o que torna possível se pensar na promoção de ambientes que sejam acolhedores para todos, independente de seus gêneros e da performance de seus corpos. Assim, vislumbra-se um caminho que pode assegurar que a escola rompa em definitivo com as perspectivas pedagógicas excludentes que a atravessam.

A universidade, responsável pela formação inicial de pedagogos e licenciados, também possui um importante papel na ruptura da lógica vigente. Para tanto, deve propiciar debates acerca das definições e dos processos de constituição histórica daquilo que se compreende como a fluidez de gênero, por meio da abordagem transversal da temática em cursos de formação de professores, sobretudo licenciaturas e especializações lato sensu.

Aos educadores que já concluíram sua formação inicial, a UNESCO (2017) aconselha que se atualizem em cursos de especialização voltados para o debate da diversidade e da inclusão escolar, a fim de que o educador se abra para o conjunto infindável de possibilidades no que se refere à compreensão da multiplicidade da existência humana, bem como da naturalização da não fixidez dos processos de identificação de gênero e orientação sexual, reconhecida como um fenômeno social de ordem global.

Foucault (1988), ao afirmar que a sexualidade é um dispositivo histórico, apontava para sua transitoriedade. Afinal, seria no mínimo ingênuo supor que as convenções sociais quanto ao gênero e à sexualidade, estabelecidas no início do período civilizatório mundial e baseadas mais em conceitos religiosos do que biológicos, se mantivessem inalteradas até os dias atuais. Assim, ao não buscar se instrumentalizar

para entender as mudanças geracionais e sociais e, com elas, as liberdades exigidas para a transitoriedade de gênero e de sexualidade que os educandos trazem para a escola como condição para a sua educação, a escola persiste em manter-se fiel ao seu *modus operandi* fundacional. Logo, o estudo acerca das formas como tais questões atravessam as sociedades e impactam as pessoas, causando mudanças expressivas no tecido social é parte importantíssima da formação dos seres humanos, sendo construída a partir de suas relações e interações com o meio em que vive e a construção de suas culturas. Portanto, é, reconhecidamente, um fenômeno sociocultural, cujo estudo é reflexão possui papel fundamental a fim de assegurar que as escolas venham a cumprir a sua missão institucional, na medida em que se apresentam como organismos sócio-histórica e politicamente situados (OLIVEIRA ET AL., 2004, p. 1316).

Considerações Finais

A despeito de quaisquer questões identitárias, o acolhimento e respeito à diversidade humana por parte da escola são importantíssimos para quaisquer de seus membros, constituindo-se como requisitos inegociáveis para sua permanência neste espaço em padrões mínimos de civilidade. Qualquer ser humano que tenha que explicar a natureza de seu nome e gênero diariamente para colegas de turma e professores insensíveis a sua condição, como ocorre com os sujeitos trans e travestis, não encontrará motivos para permanecer, ou mesmo estímulo para retornar à escola. Afinal, se um cisgênero não precisa explicar sua existência, é cruel e desumano exigir que pessoas trans e travesti expliquem as suas. Tal ato se caracteriza como transfobia, ainda que, por vezes, seja apresentado sob o disfarce da curiosidade ou da preocupação.

Não obstante, para além do desejo de se sentirem respeitados, as pessoas trans e travestis querem o cabal cumprimento de seus direitos humanos civis, a fim de se sentirem reconhecidos em patamar em igualdade quanto ao usufruto de seus direitos e à

preservação de sua dignidade. Neste sentido, é fundamental que a escola, os professores e os colegas compreendam que, longe de um favor, o que estes sujeitos demandam ao solicitar o tratamento compatível com o seu gênero se constitui na materialização de um direito que, embora reconhecido por lei, ainda implica em lutas cotidianas para ser efetivado.

Freire (2000), ao afirmar por reiteradas vezes em sua obra que “a educação sozinha não muda o mundo, mas sem ela, tampouco, a sociedade muda”, ressaltava seu poder transformador e revolucionário quanto à aceitação e inclusão das identidades plurais em nossa sociedade. Ao se partir da máxima que todo indivíduo, em algum momento de suas vidas, passará pela escola, entende-se sua constituição como *locus* privilegiado para a construção deste debate com os cidadãos que a constituem. Neste sentido, torna-se sua missão o desenvolvimento de ações que vise a conscientizá-los dos efeitos nocivos que o bullying, com base na homofobia e transfobia, pode causar na vida dos/das estudantes LGBTQIA+ e, principalmente, nas das pessoas trans e travestis.

Se formos capazes de propiciarmos uma cultura institucional que venha a mobilizar a comunidade escolar para o reconhecimento e o atendimento de demandas simples, como respeitar o gênero e artigos que melhor se adéquam à performance de gênero do/da estudante, sem perguntas fundadas em curiosidade mórbida ou juízo moral, ou mesmo assegurar a utilização do nome social na chamada diária, nos demais documentos e no tratamento cotidiano, estaremos erradicando vícios de conduta que, ao serem naturalizados, geram angústia nos/nas estudantes transgêneros. Todos estes são atos que só dependem de empatia e respeito por estes seres humanos em formação, que lutam para se estabelecer como sentem que são.

Sabemos que a retomada das discussões sobre as questões de identidade de gênero e orientação sexual é um fato recente após quase uma década de primazia das forças políticas conservadores no cenário político brasileiro. No entanto, é importante que, em meio à demanda represada de temas de cunho social a serem debatidos e

contemplados com a proposição de ações do poder público, possamos dar visibilidade e contribuir, por meio de nossas reflexões e, sobretudo, de nossas ações, para a construção de uma nova ordem social, pautada pelo respeito e valorização das identidades e de sua diversidade.

Ainda que, na condição de pesquisadores e pessoas cis, tenham operado como articuladores de todas as narrativas sobre as pessoas trans e travestis em nosso país, reconhecemos que nossa contribuição não pode e não deve jamais substituir as vozes destes sujeitos. A prerrogativa máxima deve ser sempre reconhecer o protagonismo das pessoas trans e travestis neste debate, uma vez que só elas podem contar, ato a ato, suas histórias, mensurar suas dores e as interpretar as marcas que os atos de abjeção e transfobia causam em seus corpos e mentes. Logo, é na condição de colaboradores e de atores sociais que buscamos conscientizar a todos que também desejem lutar pela causa trans e travesti dentro e fora do espaço escolar, ao mesmo tempo que exigimos para estes sujeitos empatia, justiça e o cumprimento de leis criadas para desestimular as transfobias do cotidiano.

Para tanto, é fundamental que reflitamos sobre o conjunto de situações que foram apresentadas aqui, para que possamos entender que a transfobia sofrida por Francisco foi só mais um caso dentre muitos que se repetem todos os dias nas escolas brasileiras. A professora que se recusou a chamar o/a estudante por seu nome social; o professor que o questionou diante de toda a turma se ele era menino ou menina; a professora que se mostrou mais interessada em seu nome de registro do que em sua pessoa humana, e tantas outras diversas notícias que nos chegam a todo o momento sobre atos transfóbicos de variadas naturezas comprovam o processo violento de construção das subjetividades de pessoas trans e travestis na sociedade brasileira.

Para sua efetiva superação, é fundamental que a escola reconheça seu papel para a desconstrução desses estereótipos nefastos, por meio ação crítica de professores e gestores comprometidos com a formação de pessoas em sua integralidade, e não com a

reprodução acrítica de modelos sociais. Logo, devem ser consideradas as múltiplas possibilidades de transformação que podem vir a serem propiciadas pela tessitura de currículos que, ao priorizar o diálogo e a empatia, rejeitam os modelos dualistas conservadores que tipificam os/as estudantes por meio de binarismos, lamentáveis simplificações do ser humano.

Por fim, e não menos importante, este texto se constitui em um convite para a reflexão dos efeitos e das causas da abjeção das pessoas trans e travestis que, condenadas à invisibilidade, evadem da escola como ato de resistência à negação e a invisibilização de seus corpos, interrompendo, em muitos casos, suas trajetórias cidadãs. Neste sentido, cabe um posicionamento efetivo e inequívoco quanto ao nosso papel como educadores para a construção de uma cultura escolar que priorize a democratização das oportunidades junto aos nossos/nossas estudantes, a fim de que tenham uma vida social dentro da normalidade desejada, privilégio hoje reservado apenas às pessoas cisgêneras.

Como dito por Freire (2000), a educação sozinha não muda o mundo. Então, que se ela se transborde sob a luz da diversidade, a fim de possibilitar que venha a se reconhecer cada estudante como um ser humano em sua integralidade e potência instituinte e transformadora.

Assim, e só assim, eles mudarão o mundo.

Referências

- BENEVIDES, Bruna G. (org.). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: ANTRA, 2022. Disponível em: <https://encr.pw/k1ou9>. Acesso em: 18 mar. 2022.
- BENTO, Berenice. **(Re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond/ Clam, 2006.
- BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.
- BENTO, Berenice. **Travestis e Transexuais: construção de identidade**. Disponível em: <https://11nq.com/vMiiQ>. Acesso em: 18 mar. 2022.

- BRASIL. Ministério da Educação. **CNE/CP nº 1**, de 19 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://11nk.dev/8IiIL>. Acesso em: 06 mar. 2022.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 07 de mar. 2022
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Trinta e um anos do Estatuto da Criança e do Adolescente**: confira as novas ações para fortalecer o ECA. Disponível em: <https://11nk.dev/KdhpW>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- CHANG, Heewon. **Autoethnography as method**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2008.
- FERNANDES, Nathan. Revolta de Stonewall: tudo sobre o levante que deu início ao movimento LGBT+. **Galileu** (online). Disponível em: <https://acesse.one/RF0NS>. Acesso em: 18 mar. 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros. São Paulo: UNESP, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- INSTITUTO UNIBANCO. **A experiência das pessoas trans na Educação**. 2016. Disponível em: <https://encr.pw/j16zs>. Acesso em: 18 mar. 2022.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: Richard Miskolci; Larissa Pelúcio. (Org.). **Discursos fora da ordem**: sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume, 2012, v. 1, p. 277-305.
- LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- O GLOBO. G1 CE. **Jovem trans de 13 anos foi morta a pauladas no Ceará por cobrar dívida de R\$ 50 do suspeito**. <https://11nk.dev/exOdk>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- OLIVEIRA, D. L. L. C. et al. A negociação do sexo seguro na TV: discursos de gênero nas falas de agentes comunitárias de saúde do Programa Saúde da Família de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1309-1318, 2004.
- PORTAL GELEDES: **8 falas e atitudes transfóbicas para não se ter com pessoas trans e travestis**. Disponível em: <https://encr.pw/7ckak>. Acesso em: 06 mar. 2022.
- PERES, W. S.; TOLEDO, L. G.. Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. **Revista Psicologia Política**. [online]. 2011, v. 11, n. 22, p. 261-277.
- TOKARNIA, Mariana. Mais de um terço de estudantes LGBT sofreram agressão física na escola, diz pesquisa. **Agência Brasil**. 22 nov. 2016. Disponível em: <https://encr.pw/RNgT9>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- UNESCO. **Jogo Aberto**: respostas do setor de educação à violência com base na orientação sexual e na identidade/ expressão de gênero. Relatório conciso. Brasil, 2017. Disponível em: <https://encr.pw/tLoYa>. Acesso em: 18 mar. 2022.

Resisting to Exist: School as a place of violence for transsexuals and transvestites

Abstract: The debate around gender identity issues in Brazilian education is still a taboo for school. Despite the existence of consolidated laws and resolutions and in full force for a few years, as well as numerous pedagogical guidelines aimed at welcoming transsexual and transvestite students, devices are not implemented or even recognized in most Brazilian schools. In its place, what is commonly observed is the establishment, poorly disguised under the veil of concern and curiosity, of violence arising from acts of transphobia, characterized as the absence of affection and respect for the person who appears and requires different gender treatment than would be desirable (bio)socially (GELEDÉS, 2022). From the report of one of the authors regarding the difficulties faced in the process of inclusion of her son, a trans adolescent, in an institution of teacher training of the state network of Rio de Janeiro, this text dedicated to investigate which strategies should be implemented in school loci, so that these establishments would appropriate and put into practice the laws that regulate and welcome the trans/transvestite student. Thus, it seeks to ensure to these subjects, Brazilian citizens, the constitutional right to a quality education and promoter of equity and social justice.

Keywords: Education; transgender; transvestites; prejudice; gender.

Recebido: 30/05/2023

Aceito: 15/08/2023